GABARITO · História · Brasil e mundo

Prova · 10 questões · código 60011 · uso do professor

Questão	Resposta	Tema
1	**C**	História · Antiguidade clássica
2	**A**	História · Idade Moderna
3	**E**	História · Brasil Colônia
4	**D**	História · Revoluções
5	**B**	História · Brasil Império
6	**A**	História · Primeira República
7	**D**	História · Era Vargas
8	**B**	História · Século XX
9	**E**	História · Ditadura militar
10	**C**	História · Redemocratização

Comentários

1. C: a democracia ateniense era direta (o cidadão votava na assembleia) e excludente: mulheres, escravizados e metecos (estrangeiros residentes) não tinham direitos políticos. A erra ao incluir os metecos; B descreve a democracia representativa moderna (anacronismo); D ignora a exclusão das mulheres; E descreve uma monarquia.

2. A: o mercantilismo buscava vender mais do que comprar, acumular metais e fortalecer o rei; a colônia servia à metrópole como fornecedora e mercado cativo. B descreve o liberalismo econômico, que criticou o mercantilismo no século XVIII (anacronismo); C inverte a lógica colonial, que proibia manufaturas na colônia; D e E contrariam o controle metropolitano e a base escravista da economia colonial.

3. E: trocar o 13 de maio pelo 20 de novembro desloca o foco da lei assinada pela princesa para a luta dos próprios escravizados. A é justamente a leitura que a escolha critica; B contraria a história de Palmares, que resistiu por décadas; C erra a data: o tráfico só foi proibido de fato em 1850; D inverte o sentido da homenagem.

4. D: a igualdade da Declaração é jurídica (fim dos privilégios de nascimento), não econômica, e a propriedade é sagrada: é o programa liberal burguês. A confunde com o socialismo do século XIX (anacronismo); B contraria o fim dos privilégios; C ignora que as mulheres ficaram sem direitos políticos e que a escravidão colonial só foi abolida em 1794; E contraria o fim do absolutismo.

5. B: a lei tem só dois artigos; não indenizou os senhores nem criou políticas para os libertos, que enfrentaram o pós-abolição sem terra nem escola. A ignora as leis de 1850 (fim do tráfico), 1871 (Ventre Livre) e 1885 (Sexagenários); C apaga a ação dos escravizados e dos abolicionistas; D é falsa, não houve indenização; E erra a cronologia: a República veio em 1889.

6. A: sem sigilo garantido e com o eleitor dependente do fazendeiro, o coronel controlava o voto (cabresto) e trocava apoio com o governo estadual. B erra: o voto censitário (por renda) era do Império e caiu com a República; C ignora a exclusão de analfabetos e mulheres; D e E são anacronismos. O voto secreto e o voto feminino vieram com o Código Eleitoral de 1932.

7. D: o trabalhismo varguista deu direitos ao trabalhador urbano e, ao mesmo tempo, atrelou os sindicatos ao Estado, numa ditadura (1937-1945). A erra: campo e sindicato livre ficaram de fora (o trabalhador rural só teve estatuto próprio em 1963); B confunde o público da lei; C erra a data; E é o oposto: o Estado passa a mediar a relação. Ponte com hoje: o debate sobre os direitos de quem trabalha por aplicativo.

8. B: a Doutrina Truman e o Plano Marshall são a base da política de contenção: ajuda militar e econômica para que a Europa Ocidental não se aproximasse do bloco soviético. A erra, pois em 1947 a aliança da guerra já tinha se desfeito; C

não era o objetivo das medidas; D é o contrário, os EUA ficaram na Europa (a OTAN surgiu em 1949); E é anacronismo: a coexistência pacífica é dos anos 1950 e a corrida armamentista seguiu.

9. E: o AI-5 concentrou poder no Executivo e retirou garantias, abrindo o período mais repressivo, com censura e tortura documentadas pela Comissão Nacional da Verdade (2014). A inverte o processo: a abertura veio depois e a eleição direta para presidente só voltou em 1989; B confunde com 1961-1963; C erra: o AI-5 vigorou dez anos, até a Emenda nº 11/1978; D é o oposto, o ato afastou o controle judicial.

10. C: o Estatuto de 1973 via o indígena como alguém a ser integrado; a Constituição de 1988, feita com mobilização de povos indígenas, reconhece o direito de permanecer indígena e chama os direitos sobre a terra de "originários", isto é, anteriores ao Estado. A descreve o modelo de 1973; B erra, a demarcação cabe à União; D é falsa, o Estatuto segue em vigor no que não contraria a Constituição; E ignora o reconhecimento de línguas e costumes.

Comentários autorais da equipe do Aprendendo Junto. Questões autorais do Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi).